



GEOGRAFIA E CIDADANIA

Medianeira dos Santos Garcia*

Resumo: Este trabalho é desenvolvido na escola Municipal de Ensino Fundamental Pão dos Pobres Santo Antônio, no município de Santa Maria - RS, desde 2007. Durante as atividades, é proporcionado ao aluno desenvolver habilidade de expressão oral e escrita. Desse modo, ele tem possibilidade de adquirir conhecimento sobre questões sociais, econômicas e políticas do Brasil em comparação com outros países, buscando, assim, o exercício pleno da cidadania. Os alunos dos oitavos anos organizam e desenvolvem atividades com os alunos dos anos iniciais e dos sextos anos. Essas atividades servem de base para os alunos dos anos iniciais participarem das atividades que são desenvolvidas durante o ano, acerca da cidadania, e que também fazem parte do Programa da Educação Fiscal Municipal.

Palavras-chaves: Cidadania. Direitos. Deveres.

Introdução

Este trabalho é desenvolvido na escola desde 2007, foi organizado por se acreditar que o papel da escola e sua função social é proporcionar um ambiente de aprendizagem significativa, oportunizando o crescimento pessoal e coletivo.

Tendo em vista o Tema Integrador da Escola, “Educação Ambiental da Teoria à Prática”, a importância do referido trabalho se dá pelo fato de entendermos que a questão ambiental tem consequências na questão social, já que os países subdesenvolvidos estão correlacionados com as políticas de educação, e essas têm reflexo na aquisição do conhecimento, bem como no nível de escolaridade da população, com seu poder de exercer ou não a cidadania, isto é, conhecer seus direitos e deveres (obrigações).

O acesso a uma melhor qualidade de vida perpassa pelos Direitos Humanos, com a universalização da dignidade humana. Logo, a educação pode ser vista como um dos alicerces importantes para a efetivação dos Direitos Humanos e vice versa, pois ela também é um Direito Humano. Assim, a escola, através de suas atividades pedagógicas, precisa desenvolver

* Professora da Rede Municipal de Santa Maria – RS. Doutoranda do Programa em Pós-Graduação em Geografia- UFSM. E-mail: garciamedi@gmail.com.br

habilidades e competências para que o educando tenha conhecimento para agir em prol das mudanças sociais necessárias frente às controvérsias sociais, econômicas e políticas, atuando como sujeito de direitos e responsabilidades.

Acredita-se que o papel da escola e sua função social é proporcionar um ambiente de aprendizagem significativa, oportunizando o crescimento pessoal e coletivo em uma perspectiva interdisciplinar. Devido à necessidade inicial de melhorar a qualidade ambiental do ambiente escolar, foi proposta, aos alunos, a elaboração de um “projeto”, o qual, todo ano, é modificado conforme as necessidades percebidas pelo grupo de alunos. Durante as conversas com eles, surgem assuntos a serem estudados e modos de serem abordados.

O objetivo principal do projeto é incentivar a busca pelo conhecimento, a fim de que haja o crescimento pessoal e a integração com o pequeno e grande grupo, possibilitando o exercício da cidadania. Como objetivos específicos, tem-se: desenvolver a expressão oral e escrita; desenvolver o hábito da pesquisa; vivenciar a interdisciplinaridade; promover a autoestima por meio do trabalho coletivo. Desse modo, são incentivadas as diferentes habilidades; é proporcionado o desenvolvimento do senso crítico; são repassadas informações sobre a origem e destino dos recursos públicos; é estimulado que os alunos e seus familiares solicitem a nota fiscal. Além disso, objetiva-se: orientar as famílias, por meio dos alunos, sobre o destino dos valores referentes aos impostos; valorizar o ambiente escolar, conservando o patrimônio público, sensibilizar a comunidade escolar pelas questões ambientais de âmbito local e global e da importância da Educação Fiscal. Também se tem, como meta, propiciar atividades que desenvolvam a autonomia, uma vez que de nada serve falar em democracia, liberdade e autonomia e impor, aos nossos alunos, a vontade do adulto.

A concepção de viver a autonomia deve acompanhar os processos de aprendizagem e de ensino. O educador não pode ficar limitado ao saber puramente teórico de sua área de atuação específica. Contrariamente a isso, deve aliar esse conhecimento ao conhecimento do cotidiano da vida de seus alunos, porque isso significa considerar seus desejos, seus interesses, suas motivações e sua autonomia, ou seja, aceitar o aluno como pessoa.

1 Projeto de trabalho como possibilidade de desenvolver a autonomia do aluno

Entende-se que, em projeto de trabalho, não importa de onde sai o tema ou a circunstância que inicia o projeto, pois nunca começa do zero, sempre significa um prosseguir que se vincula a outras histórias, presentes ou silenciadas. Conforme HERNANDEZ (1998), “O tema está vinculado ao emergente, a uma concepção transdisciplinar do conhecimento, a

uma redefinição do sujeito pedagógico e a um recolocar-se a educação na escola e sua função social e política.”.

Segundo FREIRE (2005):

[...] talvez nunca tenhamos tido em nossa história necessidade tão grande de ensinar, de estudar de aprender mais do que hoje. De aprender a ler, a escrever, a contar. De estudar história, geografia. De compreender a situação ou as situações do país.

O ambiente educacional requer uma democracia, e essa implica na participação de todos os envolvidos no processo educativo.

Ainda, HERNANDEZ e VENTURA (1998) mencionam a importância da integração das diferentes disciplinas. Para eles, “o problema não parece ser de competências ou especificidade de saberes, e sim de como realizar a articulação da aprendizagem individual com os conteúdos das diferentes disciplinas”.

O projeto é desenvolvido com a finalidade da interdisciplinaridade, em que os conteúdos afins poderão ser abordados com atividades selecionadas e organizadas com os alunos. Então, entende-se interdisciplinaridade como,

[...] categoria de ação do fazer reflexivo, do acontecer entre duas ou mais pessoas e objetos. É a relação sujeito-objeto e entre sujeitos por meio do qual é possível a integração e a unicidade do conhecimento a partir de zonas de permeabilidade de diálogos e a leitura de diferentes mundos (FRANÇA, 2014).

Compreende-se que existe a necessidade de uma metodologia em que o aluno seja agente ativo de sua aprendizagem. Isso deve ocorrer com o intuito de possibilitar seu crescimento intelectual e pessoal.

BAGNO (1999)

Ensinar a aprender, então, é não apenas mostrar os caminhos, mas também orientar o aluno para que desenvolva um olhar crítico que lhe permita reconhecer o meio em que vive, através das verdadeiras fontes de conhecimento.

Segundo FREIRE (1996), o respeito à autonomia de cada um é um imperativo ético e não um favor que se pode ou não conceder uns aos outros. Em decorrência disso, saber que se deve respeitar a autonomia e a identidade do educando exige uma prática em tudo coerente com este saber.

Entende-se que o exercício da cidadania implica também no entendimento por política social,

[...] deve ser, sempre que possível, emancipatória, unindo autonomia econômica com autonomia política. O processo de emancipação funda-se, simplificadamente, em duas pilstras mutuamente condicionadas: uma econômica, voltada para a autossustentação, outra política, plantada na cidadania. Trabalhar/produzir e participar definiriam as oportunidades históricas das pessoas e sociedades, desde que almejem projeto próprio de desenvolvimento. Não é ideal social ser assistido, a menos que seja inevitável. Uma sociedade se faz de sujeitos capazes, não de objetos de cuidado (DEMO, 2012).

O conhecimento possibilita a busca pela cidadania, e esse exercício leva ao entendimento da necessidade de uma sociedade melhor.

De acordo com MATURANA (2005), para educar, a fim de termos uma sociedade melhor, “é preciso aprender a olhar e escutar sem medo de deixar de ser, sem medo de deixar o outro ser em harmonia, sem submissão...um mundo em que respeitemos o mundo natural que nos sustenta, um mundo no qual de devolva o que se toma emprestado da natureza para viver.”

Portanto, de nada serve falar em democracia, liberdade, autonomia e impor, aos nossos alunos, a vontade do adulto. A concepção de viver a autonomia deve acompanhar os processos de aprendizagem e de ensino. O educador não pode ficar limitado ao saber puramente teórico de sua área de atuação específica. Ao contrário, deve aliar esse conhecimento ao conhecimento do cotidiano da vida de seus alunos. Isso representa considerar seus desejos, seus interesses, suas motivações e sua autonomia, ou seja, aceitar o aluno como pessoa.

Para isso, é importante destacar KAERCHER apud CASTROGIOVANNI (org) (2009):

Parece claro que quanto mais ouvimos os alunos, ou melhor, os provocamos a falar, mais material temos para prepararmos nossas aulas e melhor entenderemos seus interesses e sua lógica. Muitas vezes, tomamos, precipitadamente, como “errados” certos dizeres ou pensamentos de alunos, sem nos darmos conta de que seu raciocínio encontra-se em nível distinto do nosso e que, o que para nós é um “erro”, para eles pode ser um caminho, um ponto de partida para o entendimento.

Assim, pode-se afirmar que o trabalho docente deve levar em conta as necessidades e o conhecimento prévio dos alunos, uma vez que só um trabalho coletivo e cooperativo pode caminhar para o sucesso.

Nessa perspectiva, a Educação Ambiental é também uma questão social, que se pode abordar para possibilitar o conhecimento amplo por parte do educando,

[...] o momento em que se conseguir expressiva conscientização da sociedade para a importância da preservação do meio ambiente, com certeza que as iniciativas de caráter punitivo poderão ser afrouxadas, dirigindo os esforços e os recursos financeiros públicos para outras áreas importantes (CASTRO,2006).

Ainda, CASTRO (2006) pontua que o meio ambiente:

[...] é um bem social, ecológico, cultural, sem valor econômico, mas indenizável quando degradado, e pertencente a todos os cidadãos. Mesmo os proprietários de áreas urbanas ou rurais não são donos do ambiente lá existente, que é um bem de toda a sociedade. Desta forma, não está o particular autorizado a fazer mau uso do meio ambiente porque está em suas terras localizado. Ao contrário, como cidadão pode utilizá-lo para lazer e produção, mas sempre deverá preservá-lo.

Entende-se que exista a necessidade de a escola abordar temas que são relevantes e de urgência social, como as questões ambientais que estão estreitamente ligadas às questões sociais, pois o descuido com o meio ambiente também gera prejuízos aos cofres públicos, assim como a depredação de prédios públicos. Igualmente, hoje, sabe-se que a educação, quando tratada como segundo plano, acumula um retrocesso social que reflete no desemprego, na violência social e, conseqüentemente, em uma crise socioeconômica.

2 O Ensino de Geografia na prática social

Nas aulas de geografia, são trabalhados temas referentes às questões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais dos países subdesenvolvidos e dos países desenvolvidos. Do mesmo modo, são desenvolvidas questões referentes aos três poderes brasileiros (Executivo, Legislativo e Judiciário), esclarecendo as funções, as atribuições desses e destacando a importância da participação da população nas eleições. As pesquisas e as leituras são referentes à Educação Fiscal (destino e aplicação dos impostos). Após isso, é realizado um passeio de estudo à Câmara de Vereadores, ao Gabinete do Prefeito e às Secretarias de Município, em que os alunos têm a oportunidade de conhecer e de questionar os diferentes representantes do poder público, sobre os diversos temas.

Figura 1 – Organização dos grupos para leitura de diferentes materiais sobre cidadania, direitos, deveres, orçamento público, dentre outros



Além disso, é feita a organização do material para apresentar aos colegas dos anos iniciais.

Por intermédio do estudo de textos, reportagens, debates, análise de documentários, organizam-se pequenos grupos de estudos, pesquisas na internet, e as apresentações, para os alunos das turmas dos anos iniciais e sextos anos, são organizadas com uma proposta lúdica, mostrando que todo o investimento que ocorre na escola e na comunidade, em geral, faz parte de uma verba resultante dos impostos que toda a população paga, direta ou indiretamente. Para melhorar a aprendizagem os alunos, criam-se jogos. Esses são aplicados às turmas dos anos iniciais. Os grupos de alunos dos oitavos anos listam itens que, na opinião deles, deverão ser desenvolvidos com os colegas dos anos iniciais e dos sextos anos. O projeto recebe o nome de CIDADANIA: APRENDENDO PARA A VIDA.

Figura 2 - Apresentação, aos alunos de quinto ano, dos slides sobre os tipos de impostos e de como a população pode acompanhar suas aplicações.



Figura 3 – Os alunos de oitavos anos selecionaram o filme a História dos Tributos para as turmas de sextos anos. Findada a sessão, ocorreu um debate coordenado pelo grupo do oitavo ano.



Figura 4 – Passeio de estudo na Câmara de Vereadores de Santa Maria RS, onde visitaram o plenário e o arquivo da câmara, bem como entrevistaram alguns vereadores em seus gabinetes.



Figura 5 – Passeio de estudo ao Centro Administrativo para conhecer algumas secretarias de município.



Nesse momento, os alunos também conheceram o setor onde está o Programa de Educação Fiscal e conversaram com a coordenadora Rosaura Vargas.

Figura 6 – Atividades com alunos dos anos iniciais, utilizando os informativos do Programa de Educação Fiscal do Município de Santa Maria, RS.



Figura 7 – O grupo de alunos apresentando as questões de cidadania. Para isso, foi apresentada a história “Imposto não é Bicho Papão II”, sobre impostos, e a revista “Cidadania”.



Figura 8 – Elaboração de painéis pelos alunos do segundo. Nessa atividade, as crianças deveriam desenhar como e onde elas acreditam que devem ser aplicados os impostos.



Figura 9 – Atividade sobre os cargos políticos com os alunos dos sextos anos.



Figura 10 – Revistas em quadrinho utilizadas pelos alunos dos oitavos anos com o intuito de começarem as atividades sobre cidadania, direitos e deveres.



Figura 11 – Organização de painéis com os trabalhos dos alunos dos anos iniciais.



Figura 12 – Teatro organizado pelos alunos dos oitavos anos e apresentado aos anos iniciais. “Alice em busca da Cidadania” (releitura).



Durante o espetáculo, foram apresentadas questões sobre eleições presidenciais e a necessidade de a população estudar para conhecer a importância do voto e de se acompanhar as ações dos políticos eleitos.

Figura 13 – Teatro organizado pelos alunos dos oitavos anos e apresentado aos anos iniciais. “A Turma do sítio e a Cidadania” (uma releitura).



Esse abordou uma conversa com os principais personagens da narrativa acerca de questões sociais, ambientais, direitos trabalhistas, compromissos eleitorais, direito a educação, acessibilidade – inclusão- Constituição Brasileira, cuidados ambientais com lixo, rios e mares, dentre outros assuntos relevantes.

Figura 14 – Professores, alunos e funcionários participando do Festival Cid legal – Canta e Dança eliminatória na escola, com paródias, poesias e dança.



Figura 15 – Mascote da escola.



A escolha do mascote da escola ocorreu também com a coordenação dos alunos dos oitavos anos. Os referidos alunos estudaram, retomaram algumas questões sobre a Educação Fiscal - Impostos e sua importância para a melhoria da comunidade, bem como a necessidade da participação de todos na fiscalização da aplicação do dinheiro público. Igualmente, conversaram sobre o papel importante de todos na conservação dos bens públicos.

Os alunos (oitavos anos) estimularam os alunos dos anos iniciais a elaborarem pequenos textos e frases sobre o assunto, os quais, logo em seguida, as professoras utilizaram para dar continuidade no trabalho de elaboração de poesias, paródias, etc. Mais uma vez, foi pedido que as crianças criassem um desenho que representasse a escola e demonstrasse, de alguma forma, a importância da Educação Fiscal no ambiente escolar.

Cada grupo de alunos (oitavos anos) analisou e escolheu um desenho de cada turma. A escolha se deu por aqueles que mais, segundo suas concepções, estavam adequados ao tema. Para cada desenho, foram escritos os motivos os quais os alunos (oitavos anos) imaginaram que as crianças levaram em conta para elaborar o desenho. Foi organizada uma comissão dos

oitavos anos, que montou um painel, não identificando os nomes e turmas dos desenhos selecionados. Após isso, os alunos passaram de turma em turma, apresentando e lendo as justificativas de cada desenho. Houve, então, uma votação, e o desenho mais votado foi o da aluna Aléxia Eduarda Antunes de Jesus, da turma 31, da Professora Viviane Seerig Maus.

Considerações finais

A sociedade, em geral, precisa assumir a responsabilidade da busca por um ambiente saudável, através da participação ativa ou com os cuidados que a educação ambiental sugere. É notório que as atitudes simples podem fazer a diferença na comunidade, para que os recursos financeiros públicos possam ser dirigidos a outras áreas.

Durante as apresentações, os alunos demonstram avanços em relação à expressão oral, uma vez que tinham a necessidade de transpor as informações de forma clara e sucinta, atraindo a atenção, o interesse e a participação dos colegas dos anos iniciais e dos sextos anos. Isso é feito com o intuito de sensibilizar os colegas mais novos da importância da atuação consciente e da mudança de comportamento de todos envolvidos no projeto. Importante destacar que os professores de diferentes disciplinas também participam com elaboração de textos, poesias, organização de paródias, danças, para, assim, os alunos e os professores participarem do Festival Cid legal – Canta e Dança do Programa de Educação Fiscal do Município de Santa Maria.

Referências Bibliográficas

BAGNO, Marcos, **Pesquisa na Escola**. O que é, como se faz?, Edições Loyola, São Paulo, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

CASTRO, João Marcos Adede Y. **Tutela Civil do Meio Ambiente**. Porto Alegre: 2006.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. Papyrus Editora, 13. edição, Campinas, 2012.

FRANÇA, Odila Amélia Veiga. **Ação**. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.); GODOY, Herminia Prado (Coord. Técnica). **Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar e intervir**. Cortez Editora. São Paulo, 2014.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da Autonomia**, São Paulo, 1996.

_____; NOGUEIRA, Adriano, **Que fazer. Teoria e Prática em Educação Popular**. Editora Vozes, 8. ed., Petrópolis, 2005.

_____. **Pedagogia da Esperança. Um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 12. ed., Paz e Terra, São Paulo 2005.

CASTROGIOVANNI, Antonio, Carlos. **Ensino de Geografia. Práticas e Textualizações no Cotidiano**. Organizador – Porto Alegre: Mediação, 7. ed. 2009.

HERNÁNDEZ, Fernando, **Os Projetos de Trabalho: Um mapa para navegantes em mares de incertezas**. Revista Projetos, Porto Alegre, 1998.

_____; VENTURA, Montserrat. **A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho: O Conhecimento e um Caleidoscópio**. Editora Artmed, 5. edição, Porto Alegre, 1998.

MATURANA, Humberto, **Emoções e Linguagem na Educação e na Política**, Editora UFMG, 4ª edição, Belo Horizonte, 2005.

PNEF – **Programa Nacional de Educação Fiscal**. 5. ed. – Brasília, 2009. (Série Educação Fiscal. Caderno 1, 2, 3 e 4).